

Há soluções democráticas para a direção e gestão das escolas

A FENPROF apresentou, em vários momentos, propostas para uma organização e um funcionamento democráticos das escolas, propostas amplamente discutidas e apoiadas pelos docentes e envolvendo a academia.

Reclamamos uma definição clara, e fundamentada, sobre que competências devem caber à administração central, à administração regional e local, e às escolas/agrupamentos. Recusamos, de forma inequívoca, que a designada autonomia das escolas e/ou as atribuições das autarquias incluam a seleção, contratação e colocação dos docentes.

Defendemos que o órgão de gestão seja colegial e não unipessoal como hoje é. Recusamos a concentração de poderes no órgão de gestão, o “quero posso e mando” que hoje vigora, independentemente de pequenos matizes que decorrem de características individuais e de escolas. Defendemos que o órgão colegial de gestão seja eleito por voto universal e direto (professores, trabalhadores não docentes, representantes dos pais e de alunos) e não selecionado por concurso – como hoje acontece – ou, como alguns defendem, nomeado pela administração educativa ou pelas autarquias.

Ao conselho pedagógico têm que ser atribuídos reais poderes de decisão em diversas matérias. O seu papel não pode ser quase “decorativo” ou de simples legitimação das decisões do órgão de gestão, como acontece com o modelo atual.

A democracia é indispensável à vida e ao cumprimento do papel da Escola Pública.

A democracia é determinante para o bom exercício da profissão docente.



Exigimos democracia na direção e gestão das escolas!

O atual modelo de direção e gestão das escolas e agrupamentos sempre teve a clara oposição dos professores e da FENPROF.

O atual governo propõe-se alterar o regime em vigor, mas piorando alguns dos seus aspetos centrais. É neste sentido que apontam declarações do ministro e o programa do governo apresentado na Assembleia da República.

Diz o programa do governo: “(...) Estabelecer o estatuto do diretor de escola, que inclua um modelo especial de remuneração e de avaliação (...)” e “(...) construir, (...) um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas (...)”.



- Quando o governo fala num *“modelo especial de remuneração”* está a apontar para uma carreira própria para diretores. Já no passado, um governo de igual orientação política chegou a defender que os diretores não tinham necessariamente de ser professores, abrindo caminho aos *“gestores”* nas escolas...
- As referências a um novo modelo de autonomia que reforce a intervenção *“das escolas”* – leia-se, dos diretores – na gestão dos recursos humanos não podem ser desligadas da intenção de alterar o regime de concursos. Entre outros objetivos que, por certo, iriam liquidar o papel da graduação profissional na colocação de professores e educadores, fala o ministro em acabar com o caráter nacional dos concursos e, para já, em pôr *“as escolas”* a selecionar os *“seus”* docentes.
- **Por outro lado, o programa do governo defende** o aprofundamento da municipalização da educação. Fala em *“Melhorar o sistema de transferência de competências para as Autarquias (...)”* e, ainda mais grave, em *“Redefinir o papel do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas”*.

No que respeita ao funcionamento e à vida das escolas, o governo quer desresponsabilizar-se, ficando apenas com o papel de regulador, acabando com regras nacionais de organização e deixando às autarquias e aos diretores de carreira a arbitrária decisão sobre aspetos fundamentais (constituição de turmas, organização de horários, apoios às crianças e jovens que deles necessitam, trabalho nas interrupções letivas, definição das estruturas intermédias de gestão, etc.)



Ora, no que respeita à transferência de competências para as autarquias, está tudo transferido exceto os professores e educadores e a organização das escolas. Transferir os docentes para as autarquias implicaria passar a responsabilidade de concursos e colocações,

progressões na carreira, férias, faltas e licenças, poder disciplinar ... ou até a designação dos diretores para os municípios. Ora, a FENPROF nunca estará de acordo com soluções deste tipo.

A FENPROF reafirma a sua oposição à crescente interferência das autarquias no

funcionamento das escolas. As responsabilidades das autarquias na área da educação não podem incluir qualquer ingerência na organização e funcionamento das escolas e agrupamentos. Este é, aliás, o consenso sobejamente identificado entre docentes.

Os professores e a FENPROF contestam o modelo que se encontra em vigor, imposto por Sócrates/ Lurdes Rodrigues e, com igual firmeza, rejeitam as soluções que têm vindo a ser apontadas pelo atual governo, nomeadamente no seu programa.

